Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte três, às nove horas, no endereço eletrônico: https://meet.google.com/ajd-umvk-nda, deu-se por aberta a reunião do mês de março. Com a palavra, a presidente Verônica comentou sobre a efetividade da audiência ocorrida em 10/03 e citou possíveis melhorias para as próximas reuniões, como por exemplo, apresentar uma pauta padrão (material único), com material pertinente às orientações para as empresas (legislação, sites, catálogos, lista TIP - Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil e programas de aprendizagem existentes), endereços importantes (conteúdo voltado à área do transporte). Verônica disse ainda que seria importante provocarmos uma reunião direcionada à gerência do trabalho, com a finalidade de criarmos um vínculo, visto que os mesmos não compareceram na audiência, inclusive com a tentativa de uma reunião para tentar uma maior aproximação. Sandra tomou a palavra para que pudéssemos retomar a pauta. **1. Aprovação da Ata de Fevereiro de 2023:** a ata foi aprovada por unanimidade. **2. Relatos do GT de Aprendizagem:** Thascy relatou que não conseguimos ter o controle de quantas empresas estavam presentes na audiência, mas que tivemos um resultado positivo, no sentido da participação das empresas. Ressaltou ainda a importância da fala da Dra. Eliana, visto que a fala do Dr. Rodrigo não teve um caráter tão incisivo. No GT também se comentou sobre o futuro das próximas formações, ou seja, qual seria o próximo passo para continuidade dos trabalhos relacionados ao Cumprindo a Cota de Aprendizagem: entrar em contato com os jovens que já passaram nas duas formações e verificar se é viável ou não uma reciclagem ou até mesmo um curso mais aprofundado de preparação para o mercado de trabalho e já pensar no novo curso para os novos adolescentes e jovens. Além disso, falou-se sobre o conselho gestor, inclusive como encaminhamento, solicitando a presença da SEDS no próximo encontro, para retomada da questão do selo para as empresas que estão em conformidade com a cota, a contratação de aprendizes nas entidades assistenciais com inscrição no CMDCA e por último, o plano de ação para a saúde mental devido a grande demanda / dificuldade de sabermos para onde encaminhar. Sugeriu-se como encaminhamento, um ofício para a secretaria de saúde, solicitando apoio para este encaminhamento. Raquel complementou que o conselho gestor foi pensado em 2018, com a antiga secretária da assistência, no sentido deste conselho olhar para este público, visto que o desafio de os colocar dentro do mercado de trabalho é bastante gritante, bem como para o jovem manter-se 15 meses dentro do programa (repertório e habilidades), sugeriu-se o monitoramento durante o tempo de contrato, porque não existe nenhum órgão que monitora o jovem dentro deste processo, para se evitar o desligamento. Seria também atribuição deste conselho gestor, manter um banco de dados com o público prioritário, para encaminhamento às empresas (gerenciamento pelo conselho gestor). Verônica tomou a palavra relatando sobre a dificuldade de mapear os jovens, visto que muitas vezes, eles não querem ficar atrelados conosco. Porém, como estamos como líderes, pensou numa proposta inicial (projeto piloto) usando como exemplo os jovens que já fizeram parte do CAMPS e voltam para se "voluntariar". Relatou ainda que não temos dentro de nossos conselhos, um jovem

participando, que conhece a realidade, por estar na comunidade, com o objetivo de usá-lo como mão de obra para este trabalho, bem como para que possamos mantê-los por perto, sob nossa coordenação. 19h04m. Luana de Maria (conselho tutelar) relatou uma defasagem de funcionários e fez uma proposta de contratação através do CAMPS. Outra questão abordada por ela, foi a importância do convencimento, o que está por trás de uma contratação legal. Sandra relatou que o CMDCA já teve uma ação jovem e que precisamos retomar. Esta comissão que existiu no passado, tinha um caráter formador. Verônica relatou que o CAMPS tem um convênio com a prefeitura e quem destina o jovem aos locais, é a própria prefeitura. Verônica relatou que sobre a demanda do encaminhamento da saúde mental, buscou alguns parceiros, como por exemplo, a APASEM - Associação de Promoção e Assistência Social Estrela do Mar - que está com parceria na UNISANTOS, para atendimento à comunidade (serviço a disposição). Verônica retomou a questão dos voluntários, porém entende que nós como CMPETI, podemos trabalhar de forma enfática, no entanto, no momento, entende que não precisamos depender do CMDCA. Propôs que os convites precisam chegar até a sociedade civil**.** **Proposta:** fortalecer o grupo com a presença da sociedade civil. Sandra relatou que o CMPETI é um braço do CMDCA e que eles precisam ser consultados sobre a participação da sociedade civil. Pode-se elaborar um projeto para apresentar ao CMDCA. Verônica perguntou se a sociedade civil pode participar desta reunião mensal, ou seja, qual critério. Sandra relata que nós das entidades legitimamos o trabalho que está sendo feito com os jovens (registro no CMDCA). Verônica enfatiza que nós não somos os protagonistas e que não estamos "na ponta", mas sim os adolescentes e jovens. Sandra relatou que levaremos ao CMDCA que teremos uma comissão formada pelos jovens, para apresentar a realidade que está na ponta. Raquel relatou que na escuta realizada na rua, as ações precisam ter um caráter permanente, com ações educativas permanentes e a questão da proteção social, na garantia dos direitos das famílias. Apontou também a ausência das ações intermunicipais. E questionou, se a questão do trabalho infantil é uma prioridade para o poder público. Pensa que as campanhas educativas são muito importantes, bem como as ofertas que as políticas públicas podem oferecer (cultura, lazer, habitação). Campanhas precisam estar atreladas às ações de garantia de direitos. E ainda sobre a participação dos usuários, realmente falta o controle social, por parte deles. Em 2015 foi realizada a CMPETI itinerante, presencial no Creas da ZN, aproximando o usuário. Sandra citou as reuniões de território que aconteciam antigamente, com o objetivo de escutar a população. Sugeriu ainda que podíamos usar os serviços de convivência ou até mesmo usar outros espaços, como por exemplo, a educação. Verônica enfatizou novamente a presença dos jovens, assim como cada um de nós, participando do CMDCA, CMPETI. **Sugestões para projetos de combate à exploração do trabalho infantil.** Sandra relatou que nenhuma entidade apresentou projetos para o combate oa trabalho infantil. Diante disso, o CMDCA pediu que a demanda fizesse parte da pauta da reunião do CMPETI. Diante do exposto, Sandra comenta que se faz necessário um parecer mais técnico. Existe uma verba no fundo para ser usufruído para estes trabalhos. Thascy relatou se, não seria interessante o próprio CMDCA sugerir / especificar o eixo 2 (desmembramento), para auxiliar as entidades para que possam pensar melhor em suas ações. Ou seja, o CMDCA realizar o contato com as

secretarias e verificar as necessidades deles. Verônica relata que não sabe aonde estão os dados públicos referente á situação do trabalho infantil (ausência de diagnóstico). Fica difícil dar uma sugestão, sem ter acesso aos dados. Verônica deixou como **encaminhamento**, oficializar a solicitação destes dados. Luana relata que recebe no conselho tutelar, um relatório situacional e já indagaram a secretaria que são sempre os mesmos. Ou seja, qual trabalho está sendo efetivamente realizado. Porque quando o caso chega ao conselho, eles não conseguem encontrar a família e se faz necessário a representação. Sandra relata que a fala da Luana é recorrente e que uma equipe de abordagem é prevista nas abordagens do CREAS. Sugeriu que peçamos a apresentação de dados para a equipe de abordagem, juntamente com a SEDS, para a próxima reunião. A questão da não localização da família é desesperadora e que esta situação possa ser minimizada com as novas condicionalidades do bolsa família. **3. Apresentação da SEVREST:** A saúde do trabalho, na pessoa da Janaína, orientou que a criança e o adolescente não são público alvo deles e sim o trabalhador que adoeceu, por causa do trabalho. Atua com assistência e também com fiscalização. Atuam também na parte educativa, nos sindicatos, empresas para apresentar aos trabalhadores, seus direitos, cuidados com a saúde. Atua junto com MPT, que recebe uma demanda / denúncia e o sevrest atua dentro de situações irregulares (risco de vida, maus tratos, assédio moral). Contam com enfermeiras de trabalho, médicas, farmacêutico, psicóloga, fonoaudióloga. A saúde do trabalhador de santos atende santos, sv e praia grande. São duas unidades na baixada, sendo Santos e Cubatão. No estado, são 36 unidades. A demanda chega pela saúde, sindicatos, para verificação do nexo (relação com o trabalho). Em SV e Praia Grande, não podem atuar com a fiscalização, que só cabe dentro do município de Santos. A saúde do trabalhador, não tem nenhum programa específico para atender crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, no entanto faz a investigação quando ocorre acidente de trabalho de menores. O maior número de acidentes de trabalho graves, acontece na região portuária e em seguida, no setor de obras, seguido pelo setor de mercado (açougue, mercados). Janaína relatou que a população desconhece o trabalho do SEVREST. Veronica relatou que estaremos enviando os dados relativos ao trabalho infantil. Sandra retomou perguntando se a saúde do trabalhador poderá receber os aprendizes das entidades formadoras, conforme acordado com Rose em reunião anterior. Janaína relata que precisa estudar as possibilidades. Diante do exposto, o CMPETI precisa escrever um projeto para encaminhar à ela. Sandra solicitou o número da lei que exime / diminui impostos, quando não existem acidentes de trabalho. Thascy retomou a questão dos encaminhamentos para a saúde mental: se podemos encaminhar outros casos, além daqueles relacionados ao trabalho. Janaína relata que a psicóloga tem formação em psicologia do trabalho, no entanto, nada impede que se faça uma análise. Ela precisa do projeto, para discussão em equipe. **4. Assuntos Gerais:** Sandra dará andamento no projeto de lei, do selo aprendiz, ligado à responsabilidade social.

Verônica Villani — **Coordenadora da CM PETI**

Karina Bortolini Passarin — **Secretária da CM-PETI**

16/03/2023 LISTA DE PRESENÇA – CM-PETI

NOME	REPRESENTATIVIDADE
Ana Carolina da Silva Costa Emílio	GCM - SESEG
Ana Paula Delaporta Rocha	SEDUC
Bruno Vilagra	Senac Santos
Eloisa Veraldo	Espro
Janaina Silva do Nascimento	Sevrest
Karina Bortolini Passarin	CIEE Centro de Integração Empresa Escola
Letícia Maneira	Medidas Zona Leste
Lílian Aparecida Barbosa Gardim	Semes
Luana De Maria	Conselheira Tutelar Centro
Nélia Meire Eleutério de Souza	Fundação Settaport
Patricia de Pontes Ribeiro	SECULT
Raquel Cuellar	ASPPE
Sandra Santos	Gab Vereador Cacá Teixeira
Sarah Alvarez Bueno	Cruzada das senhoras católica
Thascyane Falcão	Fundação Settaport
Verônica Villani	CAMPS Santos